



AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 500/2022

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/2022

Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.047/1.972, que instituiu o Código de Posturas do Município de Franca, mormente à expedição de alvará de funcionamento, para a realização de shows e espetáculos", no âmbito do município de Franca.

(Projeto de Lei de autoria dos Srs. Vereadores Donizete da Farmácia, Carlinho Petrópolis Farmácia, Daniel Bassi, Gilson Pelizaro, Ilton Ferreira e Marcelo Tidy)

A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município de Franca,

A P R O V A

Art. 1º A Lei nº 2.047, de 07 de janeiro de 1.972, que instituiu o Código de Posturas do Município de Franca, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 381.**
.....

VIII - quaisquer outros locais de divertimentos públicos, como locais de shows e/ou de espetáculos. **(NR)**

Art. 381-A Concomitantemente com os requisitos estabelecidos no art. 381, para a realização e funcionamento de shows e espetáculos, o fornecimento de alvará pelo Poder Público fica condicionado ao atendimento dos seguintes pré-requisitos e condições *sine qua non*, sem o qual será terminantemente negado:

I - cópia autêntica do contrato do promotor ou responsável pelo evento com o artista, grupo ou conjunto musical ou companhia de espetáculo;

II - contrato de locação do prédio ou local onde terá lugar o evento;



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.franca.sp.leg.br



- III** - alvará do prédio ou local onde será realizado o evento;
- IV** - comprovante de pagamento dos cachês na forma prevista no respectivo contrato;
- V** - cópia de ofício protocolado nas Polícias Militar e Civil, informando a atração do show e o número estimado de público para o evento;
- VI** - em se tratando de local público ou aberto ao público, comprovante de haver no evento, coletores de lixo em número adequado ao atendimento da população, bem como o compromisso, por escrito, de entregar o local limpo;
- VII** - em se tratando de local público ou aberto ao público, comprovante de haver no evento coletores de lixo em número adequado ao atendimento à população, bem como termo de obrigatoriedade de limpeza do local e também do entorno do evento em uma distância não inferior a 100 (cem) metros em todas as direções, incluindo-se ruas, avenidas, canteiros e praças, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o término do evento, também com a obrigatoriedade de separação e encaminhamento do lixo não orgânico para reciclagem em entidade indicada pela Administração Municipal. No caso de eventos que tiverem duração superior a um dia, a limpeza do local como também do entorno deverá ser realizada diariamente, o descumprimento das disposições deste inciso VII acarretará ao organizador do evento multa de 1.000 (mil) Unidades fiscais do município de Franca - UFMF.
- VIII** - comprovante do credenciamento da empresa ou dos profissionais que ficarão responsáveis pela segurança do show ou evento, expedido pelo órgão federal competente, conforme dispõe a Lei.
- IX** - fornecimento de mapa ou croqui do espaço livre, bem como dos assentos reservados ao público, ambos no local do evento, destinados, respectivamente, às pessoas em cadeira de rodas e às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, obedecido o seguinte quesito quanto à sua localização:
- a)** os espaços e assentos devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.
- § 1º** A Prefeitura poderá exigir como caução, do requerente do alvará, um bem ou bens móveis ou imóveis, a critério da Administração, livres e desimpedidos, que garantam o ressarcimento de eventuais prejuízos causados, principalmente do público lesado, no caso de cancelamento de shows ou eventos.
- § 2º** No caso da não realização do show ou espetáculo, cujos ingressos tenham sido colocados à venda ou por falta de pagamento do cachê artístico, será aplicada multa da Prefeitura ao promotor ou responsável pelo evento não realizado, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do ISS estimado.



§ 3º Não será fornecido alvará da Prefeitura ao promotor ou responsável pelo evento não realizado, incurso no parágrafo anterior, pelo prazo de cinco anos.

§ 4º Os ingressos terão canhotos com numeração idêntica à dos bilhetes, que deverá, no ato da compra, ser entregue ao adquirente do ingresso, para que, em caso de cancelamento do show ou espetáculo, sirva como comprovante para devolução do dinheiro pago.” (NR)

Art. 2º O Poder Executivo poderá regulamentar, através de Decreto, e no que couber, a presente Lei.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 5.765, de 25 de setembro de 2002.

Câmara Municipal de Franca, 25 de outubro de 2022.

CLAUDINEI DA ROCHA
Presidente

PASTOR SÉRGIO PALAMONI
Vice-Presidente

LURDINHA GRANZOTTE
1ª Secretária

CARLOS CÉSAR ARCOLINO - KAKÁ
2º Secretário